

-----**ATA NÚMERO 9/2018**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM UM DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO.--**

-----Aos um dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.--

---Além dos acima referenciados, estiveram igualmente presentes nesta reunião, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Sandra Machado e Sandra Silva.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, a fim de efetuar um balanço das ocorrências verificadas devido ao mau tempo, que referiu: “Foram emitidos três avisos diferentes relativos à precipitação, vento e agitação marítima, embora o estado tende a normalizar ao longo do dia de amanhã. Esta situação exigiu uma grande capacidade de resposta, por parte da Autarquia, em coordenação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, Serviço Regional de Proteção Civil e com o IPMA. A maioria das ocorrências estiveram relacionadas com desprendimentos e quedas de árvores. Há ainda a registar o realojamento de duas famílias, através da linha de Apoio 144, devido à forte precipitação, sendo que todos os meios disponíveis estiveram operacionais no terreno. Relativamente aos Complexos Balneares ainda não foi possível averiguar os danos devido à forte agitação marítima. Ultrapassada a fase de maior preocupação, existem algumas situações pendentes como as ocorridas hoje de manhã, com algumas quedas de árvores em São Gonçalo, sendo necessário reavaliar as condições de segurança no Curral dos Romeiros. Lamento também o desaparecimento de um cidadão estrangeiro na Praia Formosa, embora os acessos estivessem todos vedados, não foram cumpridas as regras de segurança e neste aspeto houve uma estreita colaboração com a Polícia Marítima, com a Frente MarFunchal e com o SANAS, tomando a Autarquia todas as medidas que estavam ao seu alcance de forma a

assegurar a salvaguarda dos munícipes e de quem visita a cidade”.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, opinou que em relação ao passadiço da Praia Formosa, deveria ser equacionado outro tipo de estrutura, de forma a evitar a sucessiva destruição.-----

----- - Respondendo o Senhor Presidente esclareceu: “Como é do conhecimento público, o passadiço foi arranjado antes do verão passado. Esta questão prende-se com o ordenamento do território, devido à construção dos hotéis tão próximo da orla marítima e também com a dinâmica do mar devido à construção do pontão, já que a oeste existe uma retenção dos materiais enquanto que a leste verifica-se o oposto, sendo que esta questão terá que ser estudada e analisada. Foi feito um trabalho de prevenção já que, quase na sua totalidade, o passadiço foi retirado antes do temporal, à exceção das estruturas metálicas fixadas no chão e nas paredes dos hotéis, mas esta será sempre uma questão recorrente”.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, a fim de se pronunciar acerca da proposta final do PDM e da resposta ao parecer da DROTA.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, começou por fornecer a todos os Vereadores, a proposta final do Plano Diretor Municipal, assim como a resposta dada pela Autarquia ao parecer da DROTA, que será discutida em reunião de Câmara no

prazo de duas semanas. Nesse sentido, referiu que “o antigo PDM já tem cerca de vinte anos e, como tal, encontra-se desatualizado, uma vez que o Funchal evoluiu assim como a sociedade e o território da cidade apresenta outras necessidades com outro tipo de respostas. Esta necessidade do novo PDM não é de agora, há já dez anos que devia ter sido revisto, sendo que este novo Plano Diretor Municipal reflete uma nova forma de pensar a cidade e é o principal instrumento de gestão de ordenamento do território da cidade, complementado por outros planos estratégicos, que procurou dar resposta, quer ao nível de segurança e riscos, quer ao nível do ambiente e sustentabilidade, mobilidade e eficiência energética, reabilitação urbana e património, cujo programa de ação tem previstas ações concretas. O novo PDM é um documento profundamente marcado pela participação cívica na linha dos mecanismos de participação deste Executivo que tem promovido desde que se encontra em funções e cuja importância dada à discussão pública ficou, aliás, bem patente pela definição de um período de três meses para esta etapa, a qual foi validada por uma incontornável participação dos cidadãos, com 752 participações, entre sugestões, reparos e esclarecimentos, aos quais a Autarquia acudiu de forma empenhada, séria e proactiva. O novo PDM do Funchal integra, não só as sugestões dos cidadãos, como das Ordens Profissionais, do Governo Regional e dos diversos partidos políticos com sede em Assembleia Municipal, assumindo-se como um documento heterogéneo, consensual e singular na realidade da

Região, ao nível do ordenamento do território. É um documento que teve o cuidado de ouvir toda a gente e de verter esses contributos, sem pôr em causa os princípios ideológicos e estratégicos deste Executivo. Após uma fase de discussão pública largamente participada e da validação expressa pela Secretaria, deixam, assim, de existir quaisquer desculpas que obstaculizem quer a aprovação do PDM do Funchal pelo Governo Regional, quer a construção do novo hospital, uma das questões mais mediatizadas, apesar de estar inteiramente salvaguardada na proposta de plano da Autarquia, como foi atempadamente esclarecido. Como aspetos centrais na sua implementação, destacam-se: a Carta de Riscos, que veio identificar as zonas perigosas e introduzir limitações à construção, num documento que tem uma componente de prevenção muito forte, as questões relativas à Mobilidade, que nem chegaram a ser contempladas em anteriores propostas de revisão, a questão das habitações de génese ilegal, que terão finalmente a oportunidade de serem legalizadas, resolvendo impasses de décadas e a articulação com a Operação de Reabilitação Urbana do Município. Da parte da Câmara e acedidas as exigências governamentais, está aberto o caminho ao avanço definitivo destes dossiers, tão importantes para a cidade e para a Região. Refiro ainda que, desde a discussão pública até à data, a DROTA apontou quinze pontos no meio de muitas decisões e não se tratam de discordâncias de conteúdo mas de forma já que, ao nível de conteúdo, é consensual e resultou do

contributo de todos tendo em conta os interesses da cidade, apelando a todos para que este novo PDM esteja em vigor o mais breve possível”.-----

--- - Neste sentido, o Senhor Vereador Elias Gouveia, em nome dos Vereadores do PSD, apresentou uma Proposta de Recomendação, do seguinte teor:-----

---Emissão dos licenciamentos dos processos suspensos por ocasião da discussão pública e aprovação do novo PSD: - O Plano Diretor Municipal do Funchal esteve suspenso até 28 de fevereiro e por um período de 150 dias. Período este em que se realizou a discussão pública sobre o novo documento. Desde o dia 21 de julho que não são emitidos licenciamentos, o que causa graves transtornos ao investimento privado na cidade, quer aos munícipes, quer aos investidores. De acordo com o exposto anteriormente, e atendendo a que ficaram suspensos os procedimentos relativos a novas operações urbanísticas, nos termos previstos da respetiva legislação, a Vereação do PSD à Câmara Municipal do Funchal, recomenda ao executivo camarário, uma vez que o prazo terminou, que diligencie no sentido de priorizar o encaminhamento dos processos daqueles que durante 150 dias ficaram com o andamento do licenciamento suspenso”.-----

----- - Usando da palavra e sobre esta proposta, o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse que “efetivamente o limite dos 150 dias estará no fim e a Autarquia encontra-se, por lei, obrigada a analisar, à luz do anterior PDM, os projetos que se

encontram pendentes. Neste espaço de tempo, até à aprovação do novo PDM, será cumprida a lei e a partir de agora serão avaliados esses processos por ordem de entrada na Autarquia”.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, questionou: “Destes quinze requisitos incluídos no parecer final da DROTA, quantos é que a Câmara alterou ou tomou como sugestões dando o exemplo específico e constante no novo PDM como a redução do perímetro urbano ou algumas interdições ao nível de estabelecimentos a retalho e quais as questões subjacentes de cariz ideológico”.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, referiu que existia um conjunto de questões que se relacionavam com a legislação e outras que seriam ideológicas, sendo que a postura da Câmara foi a de cumprir com tudo o que fosse uma premissa legal. Quanto às questões ideológicas, disse que, o Executivo foi de encontro a essas preocupações, mantendo os princípios definidos.-

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e referindo-se à introdução da Carta de Riscos, questionou se foram feitos estudos geológicos que permitam, com segurança, garantir que aquela seria a melhor opção nalgumas das zonas baixas da cidade que perderam capacidade construtiva, ao que o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse que existem novos elementos que permitem decisões diferentes e a Carta de Riscos trouxera mais informação e o PDM prevê que não haja capacidade construtiva tão elevada nas zonas consideradas de

risco.-----

----- - Intervindo ainda sobre esta questão, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, voltou a questionar se a Câmara iria ou não priorizar os processos pendentes, ao que o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, reforçou que decorria da lei e a partir de agora seriam analisados os processos pendentes, à luz do antigo PDM até que o novo entre em vigor, reforçando que os processos de licenciamento que integravam planos de pormenor ou de urbanização foram analisados e não estagnaram, sendo que ao nível de processos pendentes não haveria grande atraso.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora do PSD, Rubina Leal, questionou se o Município do Funchal teria desistido do Pacto dos Autarcas, dado que no último encontro, foi constatada a ausência de qualquer membro da Autarquia.-----

----- - Respondendo a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, informou que não houve desistência por parte da Autarquia. “Estava prevista a participação com um elemento camarário, nessa reunião o que acabou por não se concretizar mas acontecerão mais encontros ao longo do ano e a Câmara far-se-á representar”, acrescentou.-----

-----Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, lembrou a questão da Escarpa do Beco dos Frias, solicitando a averiguação, nomeadamente se a mesma é privada ou pública, por haver dúvidas quanto ao proprietário.-----

-----Continuando, esta mesma Vereadora, e a propósito das

Comemorações dos 130 Anos do Teatro Municipal Baltazar Dias, questionou qual o valor desta programação e das iniciativas previstas para as mesmas.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Presidente informou que as referidas comemorações seriam feitas com valores madeirenses e que para aquela programação fora contratado trabalho específico e único, enaltecendo o facto de que muitas dessas entidades terem feito de forma graciosa. Referiu ainda que serão apresentados os valores numa próxima oportunidade.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, e relativamente à colocação de um ecoponto em frente à Biblioteca na Nazaré, solicitou que fosse repensado o local da sua deposição, dado que tiveram conhecimento de algum descontentamento, ao que a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, referiu que nem todos os espaços eram da Autarquia e que estariam a aguardar, há mais de um mês, da realização de uma reunião com o IHM de forma a resolver algumas questões naquele espaço.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que aquela recolocação deveu-se à instalação de passadeiras elevadas no local, sem prejuízo de ser avaliada nova localização.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, disse também que relativamente às obras do Ribeiro Choco, alguns moradores queixavam-se que as mesmas estariam a se

prolongar, questionando, a este propósito, o ponto da situação.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que estivera no local, na passada terça-feira, não tendo ficado patente que a obra estivesse a causar algum incómodo aos moradores, reconhecendo um atraso na finalização da mesma devido à falta de algum material específico mas que será terminada, logo que possível, não estando prevista qualquer intervenção além do previsto com procedimentos em terrenos privados.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou o ponto de situação relativamente ao IFFRU, lançado e gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE) e tutelado pela Vice-Presidência do Governo Regional e que o Executivo da Câmara “apanhou essa boleia” de forma positiva, nomeadamente quanto ao número de pedidos efetuados nesse âmbito, tendo o Senhor Presidente rebatido informando que o IFFRU não é um programa do Governo Regional mas sim um programa de financiamento formado por um consórcio de instituições bancárias.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que “o Instituto de Desenvolvimento Empresarial aprovou três financiamentos para reabilitação urbana, para dotação do instrumento financeiro gerido pela Região, e, esse sim é da responsabilidade do IDE havendo contudo, um conjunto de verbas, através de instrumentos financeiros, que são geridos por várias instituições bancárias às quais os promotores candidatam-

se diretamente a nível nacional. Neste caso particular, deixou de existir uma dotação estanque para cada região e passou a haver uma dotação nacional e a responsabilidade do município é a de criar áreas de reabilitação urbana e, neste sentido, o Funchal foi o primeiro município a criar uma ARU no Centro Histórico, tendo-se verificado reuniões com várias entidades financeiras no sentido de colocar no terreno o mais célere possível os projetos de reabilitação urbana”.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, sobre esta questão, acrescentou: “Não precisando o número de projetos, refiro que depois das cidades de Lisboa e Porto, o Funchal é o município com mais projetos submetidos neste âmbito, e, neste sentido, a Câmara teve que encontrar mecanismos internos para dar resposta a estes munícipes, e de momento, as respostas são dadas num período de 22 dias”.-----

---A este propósito, o Senhor Presidente, quis realçar o excelente trabalho efetuado pelo Balcão do Investidor na receção e acompanhamento destes processos em colaboração direta com o Urbanismo.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu-se a uma notícia dando mérito ao Governo Regional sobre o Cais do Carvão, quando na verdade o projeto teria sido realizado pelos técnicos da Autarquia.-----

-----Por sua vez, e sobre o mesmo assunto, o Senhor Presidente esclareceu que “quanto ao Cais do Carvão, houve, no passado, um

projeto que foi adiado há muito tempo, feito pelo anterior Executivo, de ali construir um aquário, projeto esse que nunca foi executado. Neste momento, há também uma preocupação deste Executivo de, em primeiro lugar, salvaguardar o espaço, porque estruturalmente existe um problema e, nesta altura, não existe capacidade para construir um aquário, tendo-se feito ao longo do tempo, a manutenção e preservação das muralhas de forma a preservar um espaço com memórias históricas cujo projeto irá passar pela criação de um núcleo histórico, para uso cultural, projeto esse elaborado, mapeado e catalogado por técnicos da Câmara e candidatado pela Autarquia, cujo financiamento foi aceite, tendo como gestor o Governo Regional, com 15% do orçamento da Câmara e os restantes 85% com financiamento Europeu, esclarecendo que o projeto é municipal e o dono da obra é a Autarquia”.

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, solicitou os bons ofícios da Câmara a fim de proceder à notificação, junto do Governo Regional, para a execução de obras de reparação dos muros de suporte, bem como a limpeza de algumas acácias e ervas na Ribeira de Santa Luzia, a jusante da Ponte do Bazar do Povo, permitindo que as buganvílias possam ganhar novo esplendor.

-----Continuando, referiu também a necessidade de limpeza do jardim, no lado nascente da Rua Brigadeiro Oudinot, ao que a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, esclareceu

que a manutenção do referido jardim estaria sob a alçada do Centro Comercial Anadia, que será contactado nesse sentido.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, referiu também um pedido efetuado pelos moradores na Vereda Fonte das Moças, em São Gonçalo, para a colocação, no final e devido ao declive acentuado, de um espelho convexo, e, na parte superior, um piso antiderrapante.-----

-----Continuando, alertou igualmente, para a necessidade de uma intervenção ao nível da limpeza no Largo do Pelourinho, ao que o Senhor Presidente informou que o espaço em questão era da responsabilidade do Governo Regional e que seria efetuada a respetiva notificação.-----

-----Intervindo novamente, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e a propósito de uma notícia dando conta de que o Presidente da Câmara Municipal de Machico e o Vice-Presidente da Câmara do Funchal teriam procedido à entrega de um pedido de inconstitucionalidade da taxa fixa de resíduos da ARM, à Provedoria da Justiça, solicitou esclarecimentos sobre o facto de o referido requerimento ter sido subscrito por três municípios e em caso da decisão ser favorável, todos os municípios da Região serem beneficiados. Questionou “dada a importância, se não foi discutida no âmbito da AMRAM e por que razão os outros municípios não participaram desta ação, sendo que a própria ARM reconheceu já a ilegalidade desta taxa”.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Vice-Presidente,

Miguel Gouveia, acrescentou: “Esta é uma questão pertinente o facto de apenas três municípios subscreverem esta ação quando todos os municípios poderão beneficiar, caso seja considerado inconstitucional e prende-se com o facto da ação interposta em Tribunal pelos municípios, em 2015, contra o Governo Regional, entidade que estabelece os tarifários, assunto discutido em sede da AMRAM e, na altura, só três municípios quiseram ser parte interessada e esta acaba por ser uma ação decorrente dessa ação inicial uma vez que está a ser solicitado agora, a inconstitucionalidade da taxa fixa de resíduos aplicada na Região pela Águas e Resíduos da Madeira (ARM) entre 2006 e 2015 sendo que em termos processuais há uma semelhança muito grande com as taxas municipais de proteção civil e o que está a ser discutido é a génese da tarifa e todos aqueles que fizeram pagamentos ao abrigo da mesma poderão ser ressarcidos, caso seja considerada inconstitucional”.-----

----- - Intervindo a este propósito, o Senhor Presidente informou que esta questão foi debatida no seio da AMRAM mas a ação não foi interposta por esta, mas sim pelos municípios signatários, dado não existir o consenso de todos.-----

-----Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, reforçou que “esta questão deveria ser discutida novamente, no seio da AMRAM, para que esta iniciativa ganhe mais substrato que não acontece com esta ação pouco expressiva com a adesão de apenas três municípios”.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, acrescentou que “neste momento existem três ações em Tribunal, uma sobre a devolução do IRS, subscrita por sete municípios, uma relativa à taxa de resíduos da água e a última referente a esta taxa fixa, sendo que, nestas duas últimas, apenas três municípios subscreveram as ações, tendo o processo sido igual para as três e tendo todos os municípios sido auscultados”.-----

-----Por fim, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, questionou o ponto de situação da Ponte Nova, ao que o Senhor Presidente informou que tem havido contactos entre a Secretaria Regional e o Senhor Vereador Bruno Martins, no sentido de desbloquear a situação daquela Ponte, com igual procedimento para a Ponte da Cabouqueira que também se encontra em processo de classificação.-----

-----O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, acrescentou, a este propósito, ter sido aberta uma linha de diálogo direta no sentido de salvaguardar o património em questão, estando os processos de classificação a decorrer.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Concurso Público Internacional para “Prestação de Serviços de Segurança, Vigilância e Manutenção Preventiva de todos os Sistemas de Segurança Eletrónica nos Edifícios**

do Município do Funchal – Aprovação da Minuta dos Anúncios no Diário da República e do Jornal Oficial da União Europeia: -

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do número dois, do artigo quarenta, do Código dos Contratos Públicos, aprovar as minutas dos anúncios no Diário da República e do Jornal Oficial da União Europeia, respeitante ao procedimento mencionado em título, com base na informação da Divisão de Contratação Pública (refª. 01/2018).-----

2 – MERCADOS MUNICIPAIS:-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração do Stand nº 16 do Mercado dos Lavradores – Caducidade da Adjudicação:** -

Em face do respetivo processo, foi unanimemente deliberado, adjudicar a concessão do direito de exploração do stand número dezasseis (16) do Mercado dos Lavradores, à concorrente “Tânia Andreia Rodrigues Silva”, pelo valor mensal de € 390,00 (trezentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, atendendo a que a adjudicatária do concurso não apresentou os documentos de habilitação e a caução no prazo estabelecido para o efeito.-----

3 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO: -

A pedido de António Fernandes Rosa Gonçalves (procº 13664/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Gestão de Frota (refª 23V/DIE/DGF/2018), o pagamento da indemnização no valor de € 69,99 (sessenta e nove euros e noventa e nove cêntimos), pelos estragos provocados no pneu da viatura

Volkswagen Golf, (matrícula 69-19-UM), devido à degradação do pavimento, à Vereda de São João de Latrão, freguesia de São Gonçalo.-----

4 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Recomendação do PSD, sobre a “Implementação de medidas urgentes no património arbóreo do Largo da Fonte”**: - Presente Proposta de Recomendação do

PSD, do seguinte teor:-----

---“A Vereação do PSD à Câmara Municipal do Funchal assumiu, desde a primeira hora, um comportamento responsável, de respeito pelas vítimas e a suas famílias, mantendo o silêncio e não utilizando a especulação política, salvaguardando assim o superior interesse da população do Monte, no que concerne aos trágicos acontecimentos do dia 15 de agosto de 2017. Não houve da parte da Vereação PSD qualquer tipo de aproveitamento político, algo que é absolutamente condenável nestas alturas. Desde logo, um dos relatórios tornado público, levado a cabo por um perito independente e reputado na sua área, aponta para a existência pelo menos, de outras 8 árvores que correm sérios “riscos de cair”. Não se pode proceder a um abate de espécies arbóreas indiscriminado, no entanto, deve haver uma preocupação em precaver que episódios deste género se repitam. É urgente, num local como o Largo da Fonte, por onde circula diariamente um grande número de pessoas nacionais e estrangeiros, concretizar uma intervenção que previna a queda de árvores, e que transmita à

população daquela freguesia um sentimento de segurança e bem-estar. O PSD está ao lado da população e exige que se tomem medidas urgentes e adequadas para situações como a que ocorreu no fatídico dia 15 de agosto de 2017, não se voltem a repetir”.-----

--- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que quando foi tornado público a existência do relatório foi solicitado o envio do mesmo à Autarquia, tendo o seu autor informado que não se encontrava ainda concluído mas que logo que possível o entregaria.-----

--- - Por sua vez, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, apresentou o seguinte esclarecimento: “A Divisão de Jardins e Espaços Verdes da Câmara Municipal do Funchal informa que na sequência dos acontecimentos no dia 15 de agosto, muitas têm sido as intervenções de arboricultura em curso no Largo da Fonte e Jardins do Monte. Estes espaços foram inventariados, com prioridade na hierarquização dos locais a avaliar. No dia 29 de agosto deu-se início aos trabalhos de inventariação individual das árvores, com recolha dos parâmetros dendrométricos e identificação das espécies. Na avaliação visual e individual, a partir do solo, às árvores do Largo da Fonte e encosta sobranceira ao mesmo, identificaram-se diversas situações com necessidades de intervenção e constatou-se a existência de exemplares com defeitos que requeriam avaliação posterior. Para a primeira resposta de intervenção no património arbóreo foi contratada uma empresa especializada de arboricultura, a

“Arbogal”, das mais prestigiadas no mercado espanhol. Os trabalhos de intervenção decorreram a par de uma avaliação aprofundada das árvores, com recurso à técnica de trepa, a partir do dia 11 de setembro, na zona da encosta, e estenderam-se até ao dia 12 ao Largo da Fonte. No Largo da Fonte, após a avaliação visual, definiram-se as prioridades de intervenção atendendo aos meios materiais e humanos disponíveis e necessários alocar a dada tipologia de operação. As intervenções possíveis de efetuar com recurso à técnica de trepa foram todas realizadas e, pontualmente, algum ramo onde era necessário o recurso à plataforma também foi intervencionado. Foram intervencionados 11 plátanos no Largo da Fonte e 1 carvalho-americano próximo da Junta de Freguesia do Monte. Nas árvores em que era necessária a utilização da plataforma, em 2 plátanos foram efetuadas todas as operações entendidas necessárias nesta fase. É importante referir que, neste espaço, foram observadas todas as árvores e que destas ficaram 3 plátanos no Largo da Fonte e 2 plátanos nos Jardins do Monte, imediatamente sobranceiros ao Largo da Fonte, por intervir. O trabalho iniciou-se pelas árvores prioritárias e de maior risco para pessoas e bens e será feita no futuro novas intervenções na cidade. Por fim, enalteço o trabalho positivo que tem vindo a ser realizado pela Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos, depositando total confiança no serviço prestado, apesar dos poucos recursos existentes”.

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e quinze minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,
Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de
Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 99/2018, publicada nos locais de estilo.